

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA  
PÚBLICA DA COMARCA DE ITAJAÍ - SANTA CATARINA**

**MAIOR DE 60 ANOS**

**NILDO CANDIDO**, brasileiro, casado, aposentado, RG 420.864, CPF 246.690.089-00, residente e domiciliado na Rua Alvina Ramos, 1397, São Vicente, Itajaí, Santa Catarina, CEP 88309607, através de seus procuradores: ANNA KLEINE NEVES PEREIRA, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/SC 27.841, e inscrita no CPF 042.759.719-65, e EDSON VICENTE MINICOSKI PEREIRA, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil OAB/SC 21.008, e inscrito no CPF 029.108.179-70, ambos com escritório na Rua 2300, 1182, Centro, CEP 88.330-432, Balneário Camboriú - SC. Fone/fax: (47) 3360-0222 ou 9992-3542, e na cidade de Itajaí/SC - Av. Cel. Marcos Konder, Ed. Embraed, 1207, sala 152, Centro. CEP 88301-303. E-mail: [annakneves@yahoo.com.br](mailto:annakneves@yahoo.com.br) e [edsonvicente17@hotmail.com](mailto:edsonvicente17@hotmail.com), onde recebem intimações, constituídos nos termos do mandato em anexo, vem à presença de Vossa Excelência para propor a presente

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE  
URGÊNCIA PARA O FORNECIMENTO DE STENT FARMACOLÓGICO contra**

**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ - SC**, pessoa jurídica de direito público interno, na pessoa de seu representante legal, com sede administrativa na Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária, Itajaí - SC, 88304-053. Telefone: (47) 3341-6000 e;

**ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 82.951.229/0001-76, representada por seu Procurador Geral, com endereço na Avenida Prefeito Osmar Cunha, 220, Centro, Florianópolis - SC, CEP 88015-100, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

## **DA JUSTIÇA GRATUITA**

De acordo com o provimento COGE n. 34, bem com o art. 1.042 do NCPC, com a nova redação dada pela Lei n. 10.352/01, o advogado que esta subscreve autentica os documentos que acompanham esta petição inicial, não necessitando, assim, a autenticação Cartorária.

Requer que seja concedido o benefício da Justiça Gratuita, por não poder arcar com o ônus financeiro decorrente do presente processo, sem que com isso sacrifique o seu sustento e o da sua família, conforme o art. 98 do NCPC e a Lei 1060/50.

Importante mencionar que o Autor é pessoa idosa, aposentado por invalidez, com valor de pensão baixo, e ainda é cuidador e responsável pela sua cônjuge, a qual foi diagnosticada há mais de seis anos com quadro de demência neural, com quadro de incapacidade mental progressivo, conforme laudo médico anexo. A esposa do Autor é totalmente dependente dele para tudo. Ela não fala mais, mal consegue caminhar, faz uso de fralda geriátrica e muitos cuidados especiais e medicamentos.

## **DO PÓLO PASSIVO**

Desde logo cumpre destacar que o pólo passivo da presente ação não é composto apenas pelo Município, em virtude de que, segundo a jurisprudência e a legislação, a competência da ação de medicamentos é de todos os entes federados:

A solidariedade passiva dos entes públicos (União, Estado e Municípios) resta evidente na leitura do art. 198, caput e parágrafo único, da CRFB/1988, quando afirma que "as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único" e que o sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento da "seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes". Como a solidariedade passiva implica na possibilidade de o credor cobrar de qualquer um dos devedores, a responsabilidade dos réus então é solidária, não havendo que se falar em quinhão de responsabilidade da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município no fornecimento gratuito de medicamentos ou de tratamento médico. Nessa orientação, o lapidar aresto do E. STJ (RESP 325337/RJ; RECURSO ESPECIAL 2001/0067327-4. DJ DATA: 03/09/2001, p.159, Rel. Min. JOSÉ DELGADO. Julg. em 21/06/2001. PRIMEIRA TURMA. No mesmo sentido: STJ - AGA 253938-RS, AGA 246642-RS e STF - PETMC 1246-SC).

Sendo assim, a ação judicial para obtenção de fármacos e materiais cirúrgicos pode ser proposta contra o Município onde reside a pessoa que necessita do medicamento.

O Estado de Santa Catarina compõe o Sistema Único de Saúde - SUS, em face de descentralização das ações, sendo este responsável pelo atendimento – até mesmo - primário das ações de saúde. Na política de medicamentos, o Estado colabora com a cessão de Recursos Humanos e estruturais ao Município, a fim de atender aos cidadãos de seu território. Assim, sobre o tema já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça do RS:

CONSTITUCIONAL. PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE EXAME MÉDICO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE DEFERIU A MEDIDA DE URGÊNCIA E DETERMINOU MULTA DIÁRIA COMO MEIO DE COERÇÃO. OBRIGAÇÃO QUE SOMENTE FOI CUMPRIDA MEDIANTE SEQUESTRO DE VERBAS PÚBLICAS. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO NA FORMA DO ART. 267, INCISO VI, CPC. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DO JULGAMENTO DO MÉRITO. SENTENÇA ANULADA. APLICAÇÃO DO ART. 515, § 39, DO CPC. INTERESSE PROCESSUAL. PRÉVIO ESGOTAMENTO DAS VIAS ADMINISTRATIVAS. DESNECESSIDADE. LIVRE ACESSO À JUSTIÇA. LEGITIMIDADE DO ESTADO PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA DEMANDA. "O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art 196}. Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e económicas idóneas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e medicohospitalar. - O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. **O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional**" (AgR em RE n. 393.175/RS, rei. Min. Celso de Mello, DJe 2-2-2007). (*grifo nosso*).

Portanto, é inegável que a garantia do tratamento da saúde, que é direito de todos e dever do Estado, pela ação comum da União, dos Estados e dos Municípios, segundo a CRFB/88, inclui a disponibilização gratuita da cirurgia necessária, mormente a quem não tiver condições de custeá-la, também, é evidente que o Estado tem previsão orçamentária genérica para despesas com a saúde, até mesmo apropriadas ao SUS, e



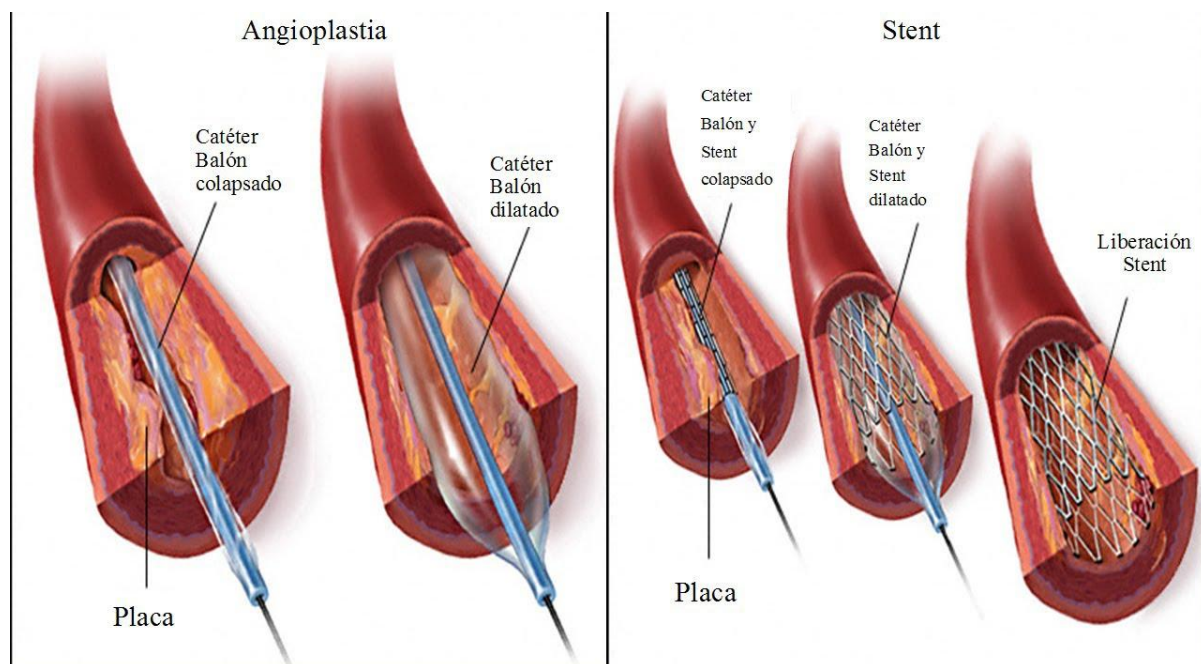
em qualquer momento deverá haver sucumbência, pois se assim for estará colocando em risco um bem muito maior que é a vida, portanto a Requerente não necessita esperar por prévia autorização orçamentária específica.

No presente caso, o Estado e Município por serem os responsáveis pela distribuição dos medicamentos faz-se necessária a inclusão dos dois entes no polo passivo.

## **DOS FATOS**

O Autor é pessoa idosa, e apresenta há alguns meses um quadro muito grave de doenças cardíacas, conforme exame anexo.

No mês de janeiro de 2017, o Autor foi internado no Hospital e Maternidade Marieta Konder Bomhausen com quadro de Síndrome Coronariana Aguda. Foi realizado cateterismo cardíaco, o qual demonstrou **reestenose GRAVE** intra stent em Coronária Circunflexa, conforme laudo médico em anexo.



Reestenose é o crescimento do revestimento da parede interior do vaso sanguíneo (denominado endotélio) na tentativa de “cicatriz” uma lesão causada pelo corpo estranho que é o próprio stent. Como a malha do stent farmacológico tem um



KLEINE NEVES &  
MINICOSKI PEREIRA  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

quimioterápico que impede a regeneração das células, ele minimiza esse processo de reestenose.

## Stent Farmacológico



Libera uma medicação anti-proliferativa evitando crescimento de células, impedindo rejeição.

Há basicamente dois tipos de stents: os convencionais, não eluídos em drogas (não farmacológicos) e os eluídos em drogas (farmacológicos). Os stents farmacológicos são mais eficazes que os stents não farmacológicos para evitar a reestenose ou reoclusão do vaso coronariano no local onde se implantou o stent.

Nessa situação e diante da gravidade do quadro clínico do Autor, agravado pela idade, está indicado pela equipe médica, e segundo diretrizes nacionais e internacionais, o uso de stent farmacológico no processo de angioplastia coronariana.

Ocorre que, em sua requisição administrativa, o Município “declara que o paciente não apresenta esses critérios de utilização conforme as diretrizes atuais do Sistema Único de Saúde”. (Declaração em anexo)

Contudo, a implantação do stent farmacológico lhe é imprescindível e outras medidas médicas seriam ineficientes, podendo lhe **acarretar risco de morte**, grave comprometimento da saúde e dores relevantes. Veja o parecer médico:

“O paciente não apresenta esses critérios, porém apresenta indicação formal para o uso deste tipo de prótese. Solicito assim, a liberação para

---

KLEINE NEVES & MINICOSKI PEREIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Dra. Anna Kleine Neves Pereira – OAB/SC 27.841 (annakneves@yahoo.com.br)

Dr. Edson Vicente Minicoski Pereira – OAB/SC 21.008 (edsonvicente17@hotmail.com)

Balneário Camboriú/SC - Rua 2.300, 1182, Centro. CEP 88330-432. Fone/fax: (47)3360-0222 / (47)9992.3542.

Itajaí/SC – Av. Cel. Marcos Konder, Ed. Embraed, 1207, sala 152, Centro. CEP 88301-303. Fone: (47) 3045.2222 / 9900.3017.



uso de stent farmacológico para angioplastia deste paciente. **O mesmo não pode receber alta hospitalar antes da realização da angioplastia devido ao alto risco de eventos cardiovasculares adversos”.**

Observe que o pedido médico e a recusa do Município estão datadas em 26/01/2017 e a presente ação foi protocolada em 27/01/2017, justamente pela gravidade do caso. O Autor não receberá alta hospitalar sem realizar a angioplastia, contudo precisa do stent farmacológico para que não haja nova obstrução do vaso coronariano no local onde se implantou o stent.

Que o procedimento total cirúrgico, pós-cirúrgico e mais o fornecimento do produto stent farmacológico passa dos R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), haja vista o SUS não querer fornecer o produto, e, caso o paciente compre somente o produto para ser feita a cirurgia o SUS alega que não pode realiza-la por questões internas, assim, caso esta seja arcada somente por conta do paciente, e ainda precisar ficar por uma ou três semanas, pode passar de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) todo o operatório e pós-operatório. E lembrando que o Autor não tem condições alguma de arcar com absolutamente nada, e muito menos com tamanha despesa.

Há de se convir, que se não fosse de extrema necessidade a equipe médica não solicitaria tal material. Ademais, a espera pela cirurgia está expondo a vida do Autor.

Assim, diante da extrema gravidade do caso, expondo o Autor à morte, e após a recusa do Ente em fornecer o material pleiteado – stent farmacológico, não nos restou outra alternativa a não ser recorrer ao Poder Judiciário.

## **DO DIREITO**

Consoante já exposto quando da fixação do pólo passivo, temos que por imperativo constitucional a saúde é dever do Estado e direito dos cidadãos:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Nesse contexto, ainda que a Administração Pública deva se alicerçar por referências atuariais, nada pode obstruir o fim último de comando constitucional,

devendo-se ver o direito do cidadão em toda a sua extensão, independentemente dos contornos das políticas públicas e gestão de recursos.

De efeito, o direito à saúde é direito fundamental. O fornecimento do material buscado pelo Autor, individualmente nesta ação, é na verdade a expressão do direito público à saúde, difuso em todos os que necessitam dos referidos materiais e medicamentos para a própria sobrevivência. É o cumprimento em si do dever estatal de dar saúde aos seus cidadãos.

Ademais, em virtude da notória gravidade da doença objeto desta ação, é dispensável maiores comentários sobre o tema.

Ressalte-se que o Município é o ente público à ponta do sistema de saúde, aquele que atende diretamente o cidadão. Assim, ao lado da responsabilidade de todos os demais entes, deve o Município ser diretamente instado ao cumprimento do comando constitucional.

Ao Autor deve bastar a apresentação de receituário médico e o Município deverá fornecer o medicamento, por imperativos de obediência à Constituição da República. À União caberá, pela sua posição no SUS, ressarcir o valor dispensado, pelo Município ou pelo Estado, com o fornecimento do medicamento apontado, enquanto não houver o repasse habitual de verbas específicas para tal fim.

O Núcleo de Avaliação de Tecnologias da Saúde da UFMG, em parecer elaborado ao Conselho Nacional de Justiça, afirma que:

“Uma situação clínica em que o stent farmacológico pode ser melhor que o stent convencional, é aquela em que o paciente desenvolve reestenose no interior de um stent convencional previamente implantando, com sintomas importantes ou mesmo sinais de risco de infarto do miocárdio”. (SOLICITANTE Dr. Renato Luís Dresch, Juiz da 4ª vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte. Número do Processo 1691121-46.2014, Data 09 de julho de 2014)

Por pertinente, adiante são transcritos alguns julgados proferidos em situações análogas:

TJ-RS - Apelação Cível AC 70059972935 RS (TJ-RS)

Data de publicação: 23/07/2014

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. DIREITO À SAÚDE. **FORNECIMENTO DE STENT FARMACOLÓGICO. POSSIBILIDADE. 1. A assistência à saúde é direito de todos**

**garantido constitucionalmente, devendo o Poder Público custear os medicamentos e tratamentos aos necessitados. Inteligência do art. 196 da CF. 2.** Em razão da responsabilidade solidária estabelecida entre os Entes Federados para o atendimento integral à saúde, qualquer um deles possui legitimidade para figurar no polo passivo da demanda que busca o acesso à saúde assegurado pela Constituição. NEGADO SEGUIMENTO AO APELO. (Apelação Cível Nº 70059972935, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sergio Luiz Grassi Beck, Julgado em 24/06/2014)

TJ-MG - Apelação Cível AC 10701110087841001 MG (TJ-MG)

Data de publicação: 23/05/2014

Ementa: **AÇÃO COMINATÓRIA - DIREITO À SAÚDE - MOLÉSTIA GRAVE - FORNECIMENTO DE "STENT" FARMACOLÓGICO - DEVER DO MUNICÍPIO - SENTENÇA CONFIRMADA.** Dispõe o art. 196, da Constituição Federal que a saúde é direito de todos e dever do Estado que deverá garanti-lo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco à doença e outros agravos. **O fato de os stent farmacológico não fazer parte das especialidades disponíveis pela rotina do SUS não exime o Município de fornecê-lo ao usuário que não dispõe de recursos para custeá-los e necessita urgentemente da cirurgia.** Em reexame necessário, confirma-se a sentença, prejudicado o recurso voluntário.

TJ-RS - Agravo de Instrumento AI 70050621150 RS (TJ-RS)

Data de publicação: 14/02/2013

Ementa: **AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE STENT FARMACOLÓGICO. RESPONSABILIDADE PELO FORNECIMENTO. Comprovada a necessidade do insumo e a carência financeira para financiá-lo, é dever do ente público o custeio, garantindo as condições de saúde e sobrevivência dignas, com amparo nos artigos 196 e 197 da Constituição Federal. O fato de não consta ele das listagens do Ministério da Saúde não exime o Estado de fornecê-lo ao usuário que não dispõe de recursos para custeá-lo e necessita do tratamento.** Previsão do art. 1º da Lei Estadual nº 9.908/93. LIMITAÇÕES ESTRUTURAIS. A inexistência de dotação orçamentária não pode servir de escusa à negativa de prestação, por ter sido erigida a saúde a direito fundamental, constitucionalmente previsto. **AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.** (Agravo de Instrumento Nº 70050621150, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Almir Porto da Rocha Filho, Julgado em 19/12/2012)

Destarte, resta comprovada a possibilidade jurídica do pedido, a extrema necessidade e urgência do paciente, ora Autor, de receber o stent farmacológico, afim de realizar-se a cirurgia e por fim ao risco iminente à vida do qual o mesmo esta sendo



exposto.

### **DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (ANTECIPADA)**

O caso em tela evidencia a necessidade de imediata tutela jurisdicional, tendo em conta que o que se discute é o direito à vida, tudo, conforme o atestado médico deverá ser feito com urgência para que não ocorram sérias consequências.

O NCPC autoriza o Juiz conceder a tutela de urgência quando **“probabilidade do direito”** e o **“perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”**:

CPC. Art. 300 – A tutela de urgência será concedida quando houver *elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.* (**grifo nosso**)

No presente caso, estão presentes os requisitos para a concessão da medida antecipatória, senão vejamos:

**DA PROBABILIDADE DO DIREITO** – pode ser claramente verificada através do atestado e laudos médicos acostados aos autos, bem como em análise a Jurisprudência dos Tribunais brasileiros, além do amparo Constitucional ao direito de preservar a vida, de vive-la com dignidade e da saúde.

**DO PERIGO DA DEMORA** – No que pese ao segundo requisito, restou por demais demonstrados a sua presença, **já que de acordo com o parecer da equipe médica hospitalar demonstram a urgência e necessidade deste material para que venha a ser realizada a cirurgia no paciente, sob risco de ter sérias consequências à sua saúde, bem como sua vida.**

Diante dessas circunstâncias jurídicas, **faz-se necessária a concessão da tutela de urgência antecipatória**, o que também sustentamos à luz dos ensinamentos de **Tereza Arruda Alvim Wambier**:

“O juízo de plausibilidade ou de probabilidade – que envolvem dose

significativa de subjetividade – ficam, ao nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), **deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa.**”

➤ Importante mencionar que o Autor é pessoa idosa, aposentado por invalidez, com valor de pensão baixo, e ainda é cuidador e responsável pela sua cônjuge, a qual foi diagnosticada há mais de seis anos com quadro de demência neural, com quadro de incapacidade mental progressivo, conforme laudo médico anexo. **A esposa do Autor é totalmente dependente dele para tudo.** Ela não fala mais, não reconhece as pessoas nem os familiares, mal consegue caminhar, faz uso de fralda geriátrica e muitos cuidados especiais e medicamentos. Essa situação agrava ainda mais a situação do Autor.

Assim, pelo exposto, bem como em face da documentação apresentada, torna-se salutar o deferimento do pedido da tutela antecipatória pugnada, no sentido de determinar aos Requeridos que conceda ao Requerente, **no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas)**, a contar do recebimento da citação, **a entregar os stent farmacológico necessário para manutenção da saúde do requerente.**

#### **DA MULTA PERIÓDICA POR DESCUMPRIMENTO**

Em atenção ao art. 537 e seguintes do NCPC, o magistrado está autorizado a fixar a multa por descumprimento da obrigação estabelecida no comando que deferiu a medida liminar.

O seu valor, no entanto, deve ser proporcional à obrigação da parte, para cumprir o seu fim que é a punição por descumprimento de uma obrigação.

Outrossim, com o objetivo de compelir os Órgãos Públicos em cumprir comando judicial, e em face do sério risco à vida da Requerente, sugestionamos a este Douto Juízo, multa pecuniária na ordem de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) ao dia, por descumprimento, não objetivamos enriquecimento do Requerente, mas fixar uma multa sucumbente para a capacidade financeira do Poder Público Estadual e Municipal, para que assim cumpra a sua obrigação esculpida na lei.

**Requer-se também além da penalidade de multa, a imposição da medida de sequestro de valores em caso de não cumprimento da liminar pelos**

**requeridos.**

### **DOS PEDIDOS FINAIS**

Diante de todo o exposto, pede ao Autor:

1. A **Concessão da Tutela de Urgência (Antecipada), *inaudita altera pars***, conforme NCPC: art. 9º, parágrafo único, inciso II, no sentido de determinar aos Requeridos que disponibilizem ao Requerente, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), a contar do recebimento da citação, para que forneça ao Autor o stent farmacológico, e programem o operatório como caso de urgência, tudo para a sua saúde e bem estar e aos procedimentos vinculados a esta de forma gratuita, sob pena de multa periódica na ordem de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) ou outra que V. Exa entender cabível, se houver descumprimento da ordem judicial. **1.1.** Tal medida deverá ser mantida até a sentença de mérito. **1.2.** Requer-se também além da penalidade de multa, a imposição da medida de sequestro de valores em caso de não cumprimento da liminar pelos requeridos.
2. Requer a **Total Procedência da Ação**, a fim de condenar os Requeridos a concessão do material requerido (stent farmacológico) e pela realização da cirurgia.
3. Que sejam citados os Requeridos, na forma da lei, para responder, querendo, aos termos da presente, no prazo legal, sob pena de se presumirem como válidos todos os fatos alegados, em conformidade com artigo 344 do NCPC.
4. Os benefícios **da Assistência Judiciária Gratuita** nos termos da Lei 1.060/50.
5. Caso exista a necessidade, requer pela intimação do MP;
6. A produção de todas as provas em Direito admitidas. Eventual perícia médica, documentos e testemunhal.
7. A condenação dos Réus no pagamento das custas processuais e, em caso de recusa e contestação deverá ser decretado honorários sucumbenciais a serem arbitrados por



KLEINE NEVES &  
MINICOSKI PEREIRA  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

esse Juízo.

8. Por fim, que todas as intimações e notas de expediente sejam publicadas no nome dos dois advogados sob pena de nulidade do ato.

Fixa o valor da causa em **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, para fins meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Itajaí, 27 de janeiro de 2017.

**ANNA KLEINE NEVES PEREIRA**  
**OAB/SC 27.841**

**EDSON VICENTE MINICOSKI PEREIRA**  
**OAB/SC 21.008**